

O RACISMO DALTÔNICO À BRASILEIRA: REFLEXÕES AO PAÍS DA DESIGUALDADE RACIAL

Luiz Augusto Soares Mendes¹

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
Belém, PA, Brasil



Enviado em 4 nov. 2024 | Aceito em 27 abr. 2025

Resumo: O presente texto coloca-se como uma proposição ensaística acerca das questões da negritude, da racialidade, dos efeitos psicológicos do racismo e para uma proposição de desconstrução do racismo estrutural no Brasil. O objetivo do ensaio é descortinar as “inovações” das práticas racistas e a sua possibilidade de reinvenção perante o racismo estrutural, que persiste na contemporaneidade de nossa sociedade. Utiliza-se como abordagem a perspectiva decolonial, seguindo um percurso metodológico que parte da análise de discursos racistas, vai ao encontro de reflexões e de bibliografias antirracistas, a partir de levantamento documental e de notícias de jornais, bem como dados demográficos e da descoberta de pesquisas e trabalhos acerca das práticas “sociorracializadas” da cultura e das dimensões “psiquicorraciais” no Brasil. Como resultado, observa-se um país altamente patriarcal, classista, homofóbico, capacitista, misógino e racista, em que há uma população que possui uma diversidade racial, social, cultural e humana que precisa ser reposicionada social e racialmente.

Palavras-chave: Inovações racistas, pensamento racial, sociodiversidade, eretismo afetivo.

BRAZILIAN COLOR BLIND RACISM: REFLECTIONS ON THE COUNTRY OF RACIAL INEQUALITY

Abstract: This text stands as an essayistic proposition on the issues of blackness, raciality, the psychological effects of racism and a proposal for the deconstruction of structural racism in Brazil. The objective of the essay is to uncover the “innovations” of racist practices and their possibility of reinvention in the face of structural racism, which persists in contemporary society. The decolonial perspective is used as an approach, following a methodological path that starts from the analysis of racist discourses, meets anti-racist reflections and bibliographies, based on documentary survey and newspaper reports, as well as demographic data and the discovery of research and work on the “socio-racialized” practices of culture and “psycho-racial” dimensions in Brazil. As a result, we observe a highly patriarchal, classist, homophobic, ableist, misogynistic and racist country, but a population has racial, social, cultural and human diversity that needs to be socially and racially repositioned.

Keywords: Colorblind racism, racial thinking, sociodiversity, affective erethism.

LE RACISME DALTONIEN AU BRÉSIL: RÉFLEXIONS SUR LE PAYS DES INÉGALITÉS RACIALES

Résumé: Ce texte présente un essai sur les questions de la noirceur, de la racialité, des effets psychologiques du racisme et une proposition visant à déconstruire le racisme structurel au Brésil. L'objectif de cet essai est de mettre en lumière les “innovations” des pratiques racistes et leur potentiel de réinvention face au racisme structurel qui persiste dans notre société contemporaine. L'approche adopte une perspective décoloniale, suivant un parcours méthodologique qui part de l'analyse des discours racistes, s'appuie sur des réflexions et des bibliographies antiracistes, et s'appuie sur des reportages documentaires et journalistiques, ainsi que sur des données démographiques et sur la découverte de recherches et de travaux sur les pratiques culturelles “socioracialisées” et les dimensions “psychoraciales” au Brésil. Il en résulte un pays fortement patriarcal, classiste, homophobe, capacitiste, misogyne et raciste, dont la population présente une diversité raciale, sociale, culturelle et humaine qui doit être repositionnée socialement et racialement.

Mots-clés: Innovations racistes, pensée raciale, sociodiversité, éréthisme affectif.

Introdução

“Enxergo todos com as mesmas cores: verde e amarela!”
 “Quando teremos o dia da Consciência Branca?”

Inicia-se esse debate com a transcrição de duas frases racistas! Essas frases colocam-se como desafetos, porém com a plena concepção de que as escutamos mais vezes do que desejamos, pois são proferidas em diferentes construções, por milhares de brasileiros cotidianamente. Mas são mais comuns quando chega na semana ou dia da Consciência Negra², ou mesmo, no dia-a-dia quando temas pertinentes ao movimento social negro devem ser colocados em pauta.

O problema é que se escuta esse “discurso” em vários momentos, e nós, como professores, já ouvimos tais frases racistas em uma reunião de preparação para a Semana da Consciência Negra em uma Escola da rede pública de ensino no Estado do Pará, situada na Região Metropolitana de Belém: - “Não tem cabimento essa reunião, pois deveria ser ‘semana da consciência humana! E não Negra!’”. A frase foi proferida por uma coordenadora pedagógica branca e defendida por outro professor, também de pele branca.

O destaque da cor da pele, nesse contexto de desvalorização racial, possui repercussão devido a sua dimensão de “dispositivo sociorracial”, sendo um critério de divisão e como promotora da desigualdade no mundo ocidental, de modo que as pessoas brancas não são atacadas cotidianamente com abordagens, olhares e tratamentos que causam “estresse racial”, mas negros, sim, porém, para as pessoas de pele branca, há a proteção desse tipo de “estresse”. O estresse de cunho “racial”, colocado à população negra, reflete como são expressos os pensamentos racializados no Brasil, responsáveis por reproduzir, há mais de 522 anos, a ideia daqueles que são merecedores das dignidades, vantagens e méritos, conforme aponta Diangelo (2018).

Buscamos produzir uma interpretação do Brasil a partir da questão racial, para revelar um país em que a diferença racial se expressa no espaço geográfico, onde o número de pessoas autodeclaradas pretas e pardas representa 56% da população total, que em números absolutos somam-se 113.725.223 pessoas. Quando se trata da proporção de pessoas a baixo da linha da pobreza, em comparação, observa-se que a porcentagem é de 71% de negros e pardos, já a fração de brancos é de 27%. Quando olhamos os números de extrema pobreza, a discrepância quase triplica, em que 73% são pessoas negras, quando apenas 25% são pessoas brancas.

Percebemos que tais discrepâncias, bem como as falas, são recorrentes e se perpetuam, bem como se reinventam, devido aos polos de orientação neurótica que dominam a sociedade, mostrados por Fanon (2008), ao trabalhar essa perspectiva na teoria dos “polos raciais”, ao explicar tais polos: um primeiro polo “preto” e um segundo polo “branco” - e eles performam nossas formas de enxergar, pensar, pesquisar, observar, sentir e, sobretudo, amar. Desse modo, buscaremos, além de interpretar tais polaridades, propor rupturas conceituais e atitudinais, mostrando que essa polaridade não é imanente, em outras palavras, que esses polos não dependem um do outro e, além disso, são antagônicos, pois as suas existências geram desconfortos raciais em uma parte da sociedade, na

² A Lei nº 10.639/2003 além de inserir diretrizes curriculares para a inclusão da temática e de assuntos acerca da cultura afro-brasileira e africana na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), criou o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado anualmente na data de 20 de novembro em homenagem à morte do mártir na luta antirracista no Brasil, Zumbi dos Palmares.

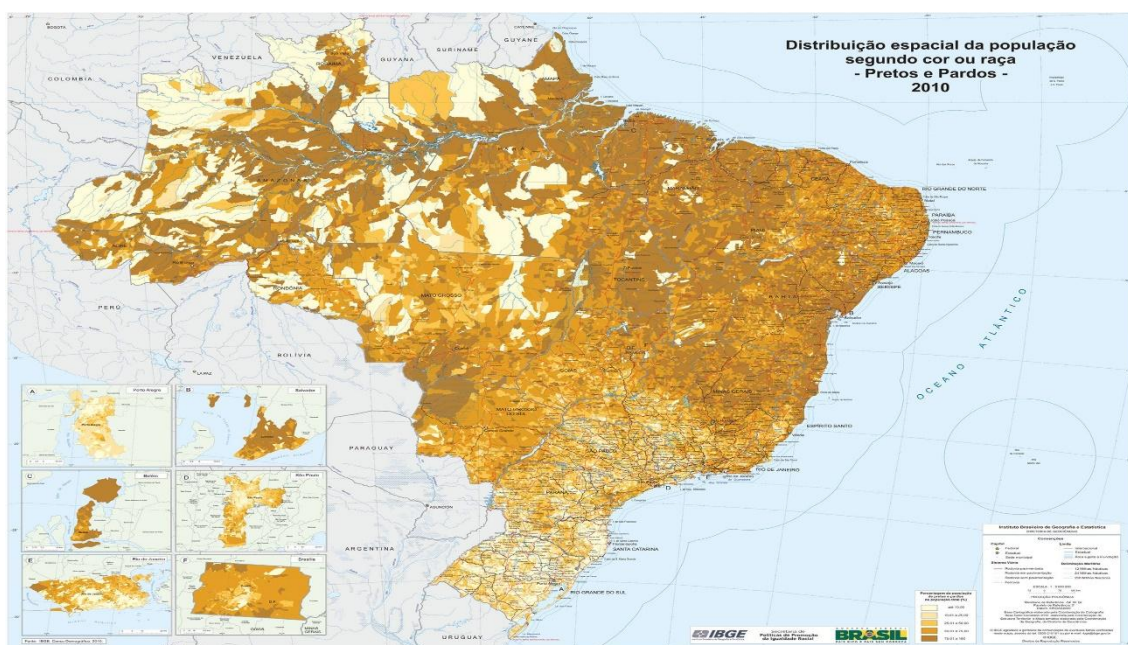
qual prevalece a superioridade profunda internalizada. Em um desses polos, persistem duas grandes formas de degradação humana, que são as neuróticas e psicológicas.

Nessa conjuntura, é importante evidenciar como as dicotomias construídas pelas ciências parcelares e pela formação do pensamento científico, social, cultural, cristão e ocidental moderno se perpetuam em matrizes dúbias e dicotômicas. Na trajetória da ciência, não foram construídos conceitos e discursos dialéticos, muito menos relações de sinonímias, porém ela foi fortemente carregada de antonímias. Combatendo esse processo, propomos a contestação dessa ideia da necessidade da existência da dialética dos contrários, da existência de um polo racial para a existência do outro, ou mesmo de posições dialógicas, visto que não há lógica no racismo e na exclusão, por conta da cor da pele e, muito menos, na continuidade de um pelo outro, em uma existência que um se beneficia, escraviza e segmenta o outro ser.

No **mapa 01**, é possível enxergar esse Brasil racializado, com destaque para pardos e negros nas regiões norte e nordeste; regiões onde os índices sociais, econômicos, culturais e de alfabetização são baixos, inferiores ao “Brasil das regiões Sudeste e Sul”. No Norte e no Nordeste do país, observamos metrópoles e capitais, em que está marcada a presença de negros nas periferias e brancos nas áreas centrais, com mais acesso à rede de esgoto, às escolas, aos equipamentos de consumo e aos equipamentos de uso comum, tais como: escolas, postos de saúde, delegacias, postos de emprego, maiores salários e perfis de renda.

Observa-se que a maior concentração de pessoas autodeclaradas pretas e pardas está na região Nordeste, com 74,5%, com destaque para o Estado do Bahia, sobretudo na cidade de Salvador; seguidamente vem a região Norte, com 73,4% de autodeclarados pretos e pardos, depois o Centro-Oeste (55,8%). Do outro lado, estão as pessoas autodeclaradas brancas, que se localizam no Sul (75,1%) e no Sudeste (50,7%). Nesse sentido, visualiza-se no espaço dos Brasis as diferenças raciais, do emprego, da renda, dos baixos níveis de escolaridade e do desenvolvimento humano.

Mapa 1 – Distribuição espacial da população segundo cor ou raça – negros e pardos



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Para interpretar essas diferenças no que se entende de Brasis, a presente construção origina-se de algumas reflexões e questionamentos acerca de conceitos, práticas e problematizações racistas no Brasil – um país em que se perpetua o racismo e a dinâmica racial de subalternização e da inferiorização da população negra na história e na produção das diferentes geografias. O presente ensaio questiona todas essas dimensões racializadas, que, consequentemente, necessitam ser reconstruídas e reposicionadas, como a proposição de uma “ontologia negra” (MBEMBE, 2018).

Desta forma, o objetivo do texto coloca-se por buscar descortinar as “inovações” das práticas racistas e a sua possibilidade de reinvenção perante o racismo estrutural que persiste no Brasil contemporâneo. Para atingir tal objetivo, utilizamos uma abordagem decolonial, seguindo um percurso metodológico que parte de falas sociais acerca do racismo e vai ao encontro de bibliografias antirracistas, bem como de levantamento documental acerca da temática racial, do uso de notícias de jornais, de dados demográficos e de descobertas de pesquisas acadêmicas acerca das práticas “sociorracializadas” da cultura e das dimensões “psiquicorraciais” no Brasil.

Para tanto, o artigo está estruturado em três seções, nas quais buscamos expor as dimensões teóricas do pensador e psicanalista Fanon (2008), apresentando uma interpretação do conceito de “eretismo afetivo” e do que seria a “linha de orientação neurótica”, que serve como base para o pressuposto da reposição do ser negro, como uma forma de ontologia do negro e da negritude. Na segunda seção, explicamos a ideia de racismo daltônico, conceito definido por Diangelo (2018), que se coloca como uma renovação fulcral do racismo estrutural na contemporaneidade. Por fim, na última parte, apresentamos a concepção pós-marxista de “campo cego”, de Lefebvre (2019), para propor outros modos, vivências, práticas e epistemes em um mundo não racializado, não patriarcal, menos classista, sem homofobia e sem misoginia.

A linha de orientação neurótica e o eretismo afetivo: (re)posições do negro e da negritude

O racismo está na base da formação e da construção social de todos os seres humanos, conformando-se desde os primeiros lugares de sociabilização da criança até a consolidação da sua dimensão psíquica, emocional e cultural, sobretudo na matriz do pensamento dos seres humanos na fase adulta. Para Freyre (2009), a socialização como efeito de se tornar social está relacionada à assimilação de hábitos culturais e de aprendizados, visto que ela é a condição do indivíduo como ser biologicamente desenvolvido, isto é, que é envolvido em uma organização social e cultural.

A pessoa socializada faz a aquisição de *status* e de situações de trocas relacionais com membros do mesmo grupo ou de grupos diferentes, e essa concepção, segundo Durkheim (2011), coloca-se como um processo de socialização, que é desencadeado por meio de uma complexa rede de relações sociais estabelecidas entre os indivíduos ao longo de sua vida, condicionando a vivência do ser humano em todas as fases de sua existência. O autor defende que a educação é também uma socialização do jovem, da criança e do adolescente, realizada por adultos, colocando-se como um processo conformado desde a infância, que se dá por meio do repasse e da difusão de normas, valores e hábitos dos grupos sociais que envolvem esse ser.

Nesse sentido, ao associarmos a socialização da criança com as práticas de racismo, pode-se observar que o racismo é colocado como um traço de perversão na “formação cultural” do indivíduo, culminando em uma espécie de “tradição desumana” transmitida de pais para filhos nas mais diferentes sociedades - seja nas desenvolvidas, segundo os critérios econômicos, seja na realidade de países emergentes, como a do Brasil, mesmo diante da construção da falsa e ideológica “democracia racial”.

Como resultado de uma espécie de “institucionalização histórica” do racismo estrutural, são consideradas condutas “naturais” de pais ou responsáveis que agem de maneira a difundir valores e normas em seus filhos, por meio da educação familiar, precisamente quando praticam a identificação de um dos amiguinhos da escola como “aquele ou aquela amiguinho e/ou amiguinha pretinho e/ou pretinha”, por exemplo. É o momento em que passam a forjar pessoas racistas, que segundo a matéria da Revista Geledés (2013) é com essa postura que o adulto, “ainda que não queira” (ponto de questionamento, pois indaga-se até que ponto essa prática não é intencional?) começa a produzir o racismo em seu/sua filho/filha, fazendo essa criança adotar a diferenciação de pessoas pelo tom de pele, iniciando, a partir de então, suas práticas racistas, pois o dispositivo racial passa a fazer parte do repertório psíquico formativo da criança.

É o momento do nascimento do racismo na mente e na concepção psíquica, em formação, da criança. Ela aprende, nessa conversa “despretensiosa”, o signo da distinção de seus colegas e demais pessoas pela cor da pele, entendendo que sua referência de educação e de família, origem de muitos de seus princípios e valores assim o faz. Desenvolverá um sistema em que também deverá fazer essa distinção, tal como a cor da pele passa a ser um dispositivo e fator a partir do qual ela vai se relacionar com as pessoas, seja em relacionamentos familiares, profissionais, de amizade ou mesmo amorosos.

E se o “pretinho” é o diferente no seu círculo de convivência, não será muito difícil para que a criança atribua a ele um valor negativo no grupo. Ela, que nunca repararia na questão da cor da pele (se não fosse o adulto que se referiu àquele “pretinho”), também criará outros dispositivos de distinção social, como altura, estrutura corporal, cabelo, cor dos olhos, sexualidade, classe econômica, vestimentas etc. O momento de nascitura do racismo rompe na mente das crianças as ideias de igualdade, equidade e mesmo de liberdade, pois nos “lobos frontal e temporal” diversas formas de diferenciação social passam a existir: classismo, meritocracia, homofobia, sexismo, machismo, misogonia, capacitismo, xenofobia e outras formas de segmentação social.

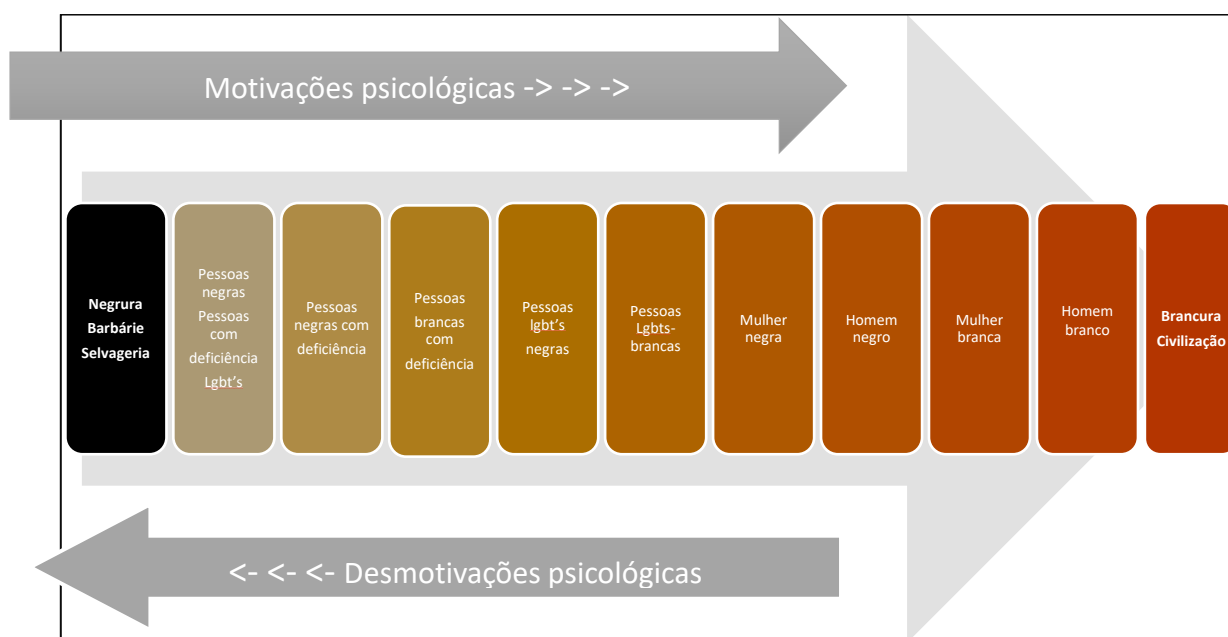
Ao tratar do racismo, Fanon (2008, p. 66) trabalha com o conceito de “eretismo afetivo”, concepção que consiste na separação e na propulsão dos desejos do ser humano por polos. É um processo de bilateralização, uma tentativa de aquisição por interiorização de valores originalmente proibidos. A tentativa do sujeito negro de ser branco, em resumo, trata-se de uma aspiração para ser admitido no “mundo branco”. O sujeito negro pensa na sua condição e na sua posição de amar, e com isso passa a ter posturas obsessivas ao propor e sentir amor, bem como outros sentimentos, perante uma pessoa branca. Segundo o referido autor, na proposição do amor para com outro sujeito branco, um/uma negro/negra se comportaria como “escravo de sua inferioridade”.

Diante dessa concepção, buscamos ilustrar o eretismo afetivo por meio da construção de uma “linha de orientação neurótica”, que consiste na aplicação de como outras formas de amor não se constroem, devido à difusão de diversas posturas preconceituosas que são difundidas na vida (in)completa do ser, partindo da dimensão amorosa e afetiva até chegar ao ódio e à desumanização do humano (FANON, 2008). Todas as formas de preconceitos foram inseridas nessa “escala (des)afetiva”, na qual a dimensão do corpo e suas limitações se colocam como proposições para desvelar como funcionam nossos relacionamentos de sociabilidade, assim como os amorosos e afetivos, que são todos atravessados por conta da cor da pele, perpassando pelas afetividades entre o mesmo gênero, até serem segmentadas pelas deficiências físicas e mentais.

A **figura 01** é um diagrama que busca didatizar o eretismo afetivo que se fundamenta nas permissões e não permissões que autorizam e/ou desautorizam as relações amorosas de casamento e de afetividade ou até mesmo um simples ato de se relacionar casualmente com uma

pessoa em uma “balada/festa”. Na direção de “para onde se pode amar” (motivações psicológicas) e/ou para “onde não se pode amar” (desmotivações psicológicas), mostra-se como o casamento é autorizado e é o padrão da beleza do homem branco com a mulher branca que são permitidos, colocando-se como elementos estéticos e heréticos do belo, inscrevendo-se como “reais”, e exemplificados nos anúncios de jornais, revistas e na reprodução social do matrimônio.

Figura 1 - Eretismo afetivo



Organizado pelo autor com base em Fanon (2008).

No diagrama construímos a linha de orientação neurótica, composta por onze quadros que chamamos de quadros de motivações psicológicas para os relacionamentos. Situando a primeira motivação psicológica, a dos casamentos/relacionamentos amorosos entre homens e mulheres brancas. Com base nos dados do censo demográfico do ano de 2010, observa-se que 70% dos casamentos no país ocorrem entre pessoas de mesma cor, sendo que as mulheres pretas são as que menos casam – representando apenas 7% da população que contrai matrimônio. Os fatores renda, educação e cor da pele são levados em consideração para a realização matrimonial na sociedade contemporânea, sendo a renda e a baixa escolaridade como uma realidade muito presente na população negra, dimensões que ajudam a situar o baixo número de casamentos entre negros e, sobretudo, quando se trata das mulheres pretas deste país.

Ao mesmo tempo, na segunda motivação psicológica se revela que mesmo a mulher sendo branca, ela está atrás no posicionamento de motivação social em relação ao homem branco, devido à formação social patriarcal, machista e misógina enraizada por meio da “educação tradicional”, comumente empregada em casa, na família e na escola, e que, conseqüentemente, se reverbera na sociedade. Pensar nos papéis da “mulher” e do “homem” na sociedade, na família e mesmo nas relações de trabalho, demanda (não se limita) que observemos aspectos que dizem respeito à diferença salarial entre as diferenças sexuais e mesmo de gênero.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam que a diferença de remuneração entre homens e mulheres voltou a crescer no Brasil no ano de 2023. Conforme o referido instituto, no país a diferença de renda apresentava queda até o ano de 2020, porém desde o ano de 2022 vem sendo registrados crescimentos na diferença salarial nos diferentes sexos, atingindo 22% de elevação do valor remuneratório salarial para as pessoas do sexo masculino. Na realidade, esses dados demonstram que uma mulher brasileira recebe, em média, 78% do valor máximo que ganha um homem, o que nos possibilita confirmar a diferença na relação salário e gênero no Brasil.

Consequentemente, no posicionamento das motivações psicossociais, após as mulheres brancas estão situados os homens negros (heterossexuais), que pouco ou raramente conseguem se relacionar com mulheres brancas, mas que possuem desejo de concretização dessa relação ideal. Poucos homens negros conseguem realizar esse desejo, pois há um consenso do “fetiche” do homem negro pela “mulher branca, loira e dos olhos azuis e/ou claros”. Os poucos homens negros que conseguem “acessar essa caixa de motivação psicológica”, e os que a desejam devido à sua ascensão econômica, são aqueles que atingiram certa posição econômica e/ou midiática importante, por isso casam-se com as mulheres brancas, e, conforme Fanon (2008), são aceitos como “brancos”, passando a acessar os espectros de motivações psicológicas e sociais mais próximos da “civildade da brancura”.

Às mulheres negras, em grande maioria, resta a solidão, a solteirice ou mesmo a profanação de seus corpos vendidos como estandartes sexuais nas escolas de samba, na televisão, nos filmes, nos comerciais e no cotidiano do fetiche sexual e da ideia do que esses corpos sejam destinados ao “sexo para as negras”, ou ainda “o sexo e as negras”³.

Os dados do censo demográfico de 2022 (IBGE, 2023) mostram que mais da metade das mulheres negras brasileiras (52,52%) não vive em uniões e/ou relações amorosas, independentemente do seu estado civil. Números que revelam aquilo que muitas pesquisadoras estudam em diversos estados do país: as mulheres que estão solteiras e são mães solo é onde se registra os maiores índices de solidão. Elas possuem uma cor e um estereótipo, biotipo: mulher, negra e “gorda”. Esses dados nos mostram como os quadros do erotismo afetivo são mais cruéis com a mulher negra em sobrepeso e as afastam da civilização, da felicidade e do amor.

Diante disso, nos aproximamos daquilo que trata Foucault (2022), isto é, de que o controle da sexualidade e dos corpos é utilizado como um dispositivo de poder que regula o controle do ato sexual e das expressões corporais daqueles que “fogem” dos comportamentos padrões, criados pela sociedade, conforme o nascimento biológico: masculino e feminino. Por isso, para as pessoas negras, bem como as LGBTQIAP+ e as com deficiências, o casamento é um tabu, pois produzir uma família “aceita socialmente” é muito mais difícil à população “gay” e com deficiência, do que às pessoas heteronormativas.

Ainda assim, não se pode esquecer que é mais difícil ser uma pessoa LGBTQIA+ de pele negra do que um LGBTQIA+ de pele branca, mesmo que possamos divergir das questões do gênero em relação à sexualidade LGBTQIA+, bem como em relação às motivações psicológicas em relação à

³ Expressão de um seriado, intitulado o “Sexo e as Negas”, produzido pela Rede Globo de Televisão no ano de 2014, foi televisionado às sextas feiras para todo o Brasil. Escrito por Miguel Falabella (branco), foi inspirado no seriado norte-americano “Sex & the City”, que narra os relacionamentos íntimos de quatro amigas financeiramente emancipadas e bem-sucedidas em Nova York. Mesmo antes da sua estreia o seriado recebeu duras críticas e manifestações de boicote por diversas organizações dos movimentos negro e feministas. Na noite de estreia da série, um grupo de cerca de 100 manifestantes protestou contra a sua exibição em frente à sede da Rede Globo em São Paulo.

Fonte: <https://jornalcomunicacao.ufpr.br/o-racismo-a-brasileira-de-sexo-e-as-negas/>. Acesso em 30/19/2023.

cor da pele, ainda há esperança. Houve um aumento no número de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, atingindo a marca de 67.938 mil celebrações desde a sua permissão legal, ocorrida no ano de 2013. Em 2022, esse número alcançou o segundo lugar entre os anos que mais tiveram cerimônias, com 11.945 matrimônios, devido à alteração do Código Civil, por projeto de Lei e por decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2011⁴.

Além do quesito sexualidade como dispositivo de controle e de poder - por não seguirem as orientações neuróticas do corpo biológico, que perpassa pela hipersexualização do falo masculino, bem como da vulva, dos seios e da “bunda” feminina. Observamos que se sobressai, neste aspecto, o corte sobre a cor da pele, perpassando toda a não aceitação de outras expressividades sexuais e afetivas da população negra, condicionada ao não amor. Fanon (2008) afirma que o homem negro, a quem se ensinou apenas o “amor branco”, não pode amar de outra forma, ou seja, é necessário que ele reproduza um “amor branco”, heterossexual, e jamais um amor negro, ou ainda, um amor negro homossexual. Não fomos ensinados a amar de outra forma, a não ser a branca e a heterossexual! Mas o que é o amor negro?

Fanon (2008) afirma que o “amor verdadeiro e real” requer para os outros o que se postula para si próprio, em outras palavras, beleza, liberdade e brancura. O escritor e psicanalista ressalta que quando essa postulação de amor se integra aos valores permanentes da realidade humana, requer-se a mobilização de instâncias psíquicas fundamentalmente liberadas de conflitos inconscientes. Nessa dimensão, fomos forçados a enxergar a beleza branca dos olhos azuis e verdes; a beleza da pele branca do cabelo loiro e ruivo; a beleza nos lábios finos e do nariz fino. E são esses os fenotípicos do amor?

Existe uma medida da beleza na pele clara, que, para Fanon (2008), atribui ao preto, ao nariz grande, aos cabelos cacheados e ondulados, a boca carnuda e aos olhos negros, bem como ao seu comportamento, a produção de algo que parece se “assemelhar a um tipo de ‘neurótico obsessional’”, por se colocar em plena neurose situacional, de modo que, pelo fato de ser “de cor”, muitas vezes tenta fugir da sua individualidade e aniquilar-se, para se fazer presente em diferentes estruturas da sociedade. Se, ao sujeito negro, essa situação se coloca como negação de sua humanidade e da sua civilização, às pessoas negras com deficiência, tais dimensões são mais agressivas do que às pessoas brancas com deficiência.

Nesse ponto de análise dos quadros das motivações psicológicas, chegamos ao tema do capacitismo, que se coloca como uma das formas de preconceito contra a pessoa com deficiência, pois são pensamentos que se pautam na construção social de um corpo padrão, em outras palavras, sem deficiência. E ela não é uma pessoa? A normalidade de um “corpo padrão” o atribui perfeição e capacidades ilimitadas, porém, ao corpo com deficiência ocorre a subestimação da capacidade e aptidão de pessoas em virtude de suas limitações.

Além desse quadro de motivação psicológica, que determina a exclusão com base nas condições biológicas, acrescenta-se ao contexto do sujeito negro o fator socioeconômico, pois a condição econômica e de renda das famílias negras é inferior à das famílias brancas. Ainda não há dados que associam as questões de renda-família-raça-pessoas com deficiência, porém nos dados que associam família-renda-raça, é possível constatar que, no mercado de trabalho, a população negra e parda é mais subutilizada que a população branca.

⁴ Como o Brasil é homofóbico, cristão e patriarcal, recentemente foi aprovado na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 580/2007 que quer proibir o casamento homoafetivo e a união estável entre pessoas do mesmo sexo e cria uma outra modalidade de união civil, em plena vigência de um governo que fora eleito tendo como base os movimentos sociais, sobretudo o LGBTQIAP+.

Os dados do IBGE (2023) mostram que em relação aos empregos em cargos gerenciais, a população negra ocupa cerca de 29,95% desses cargos, enquanto pessoas brancas estão em 68,6% das vagas. Quando se trata da taxa de subutilização de forma geral, as pessoas brancas são menos subutilizadas em relação às pessoas pretas e pardas, prevalecendo uma diferença de 18,8% (brancos) e 29,0% (negros e pardos). Quanto à força de trabalho desocupada, observa-se que brancos aparecem em 43,9% e pessoas negras em 54,6%. Essa diferença na realidade brasileira mostra que, quando se trata da subutilização das pessoas com ensino superior, a subutilização de negros chega a 66,1% contra 32,7% da população branca.

A relação raça-trabalho-renda aprofunda-se em todas as dimensões, pois quando se observa a população desocupada, a diferença é de 34,6% da população branca contra 64,25% de pessoas negras. Quanto aos rendimentos médios reais habituais, relacionados ao trabalho principal das famílias de pessoas negras, essa população ganha R\$ 1.608,00, enquanto as famílias de pessoas brancas, a renda é de R\$ 2.7796,00, uma diferença de mais de mil reais. Por meio desses dados, chegamos à indagação de como os baixos recursos das pessoas negras (com rendimentos menores) conseguem dar suporte e oferecer uma rede de apoio às crianças e aos jovens com deficiências e necessidades de atendimento especializado.

É notório que as pessoas com deficiências necessitam de mais cuidados, de mais recursos e de mais atenção em clínicas e, muitas vezes, de mais remédios. Dado que demanda maior investimento por parte da família, tanto do ponto de vista da renda quanto do ponto de vista do tempo. As famílias com mais recursos poderão contratar cuidadores, médicos, terapeutas ou mesmo comprar todos os equipamentos e utensílios necessários para o bem-estar dessas pessoas, em alguns casos, irão adaptar suas residências, para cuidar devidamente delas. Além do mais, quanto à educação, certamente, irão buscar por escolas com atendimento especializado. Muitas vezes, irão recorrer a hospitais, a médicos e a cuidadores, dimensões que possam ofertar toda uma gama de conforto para essa pessoa.

Por outro lado, isso não deve ocorrer com as pessoas com deficiências oriundas de famílias pobres e negras, pois grande parte dessas famílias não possui recursos para possibilitar conforto, assistência e auxílio ao desenvolvimento social, moral e cognitivo do ser que é negro e com deficiência. Esse indivíduo cresce sendo cortado e segmentado por diversas dimensões que limitam sua existência, implicando quadros raciais e de acessibilidade bem complexos, que impactam até mesmo a saúde mental.

Por fim, entendemos que quanto mais nos afastamos da branquitude e da brancura, mais os processos de motivações psicológicas se complicam para uma socialização completa da pessoa, que, em termos de entendimento do diagrama anterior, se situará muito mais próxima de um “ser que deve ser odiado”, localizada, portanto, no quadro da barbárie e da selvageria. Desta forma, considerando essa realidade, nos questionamos: como deve ser a vivência de uma pessoa negra com deficiência e LGBTQIAP+ neste país? Como se dá sua socialização desde a infância frente às limitações de uma sociabilidade que beira o fascismo?

Nas realidades brasileiras, nas quais a assimilação de hábitos culturais, bem como o aprendizado social dos sujeitos são medidos por dimensões excludentes do tipo: centro x periferia, rico x pobre, homossexualidade x heterossexualidade, homem x mulher, preto x branco e outros, a condição da pessoa negra está sempre marginalizada. O que nos conduz a pensamentos de que, do início ao fim, as existências dos indivíduos, seus aprendizados e a interiorização dos ideais, princípios, regras e valores são fragilizados, inferiorizados e segmentados.

Para entendermos um pouco mais a dimensão dos polos sociais de Fanon (2008), que nos colocam em formações e desmotivações psicológicas, aprofundaremos, no tópico seguinte, as redefinições do racismo no Brasil e no Mundo.

Dimensões do racismo daltônico

A compreensão das estruturas raciais do país começa a ser explicada pela não socialização das pessoas negras, bem como pela sua invisibilização como cidadãos com direitos na cidade e no campo, no urbano e no rural. A restrita inserção do povo negro na sociedade brasileira ocorreu apenas com muita luta do povo negro por meio dos mais diferentes movimentos sociais. Porém, a construção do racismo baseou-se em colocar o povo negro à margem da formação social do que entendemos de humanidade, de forma que os sujeitos negros foram despossuídos de qualquer meio e condição material de existência e da reprodução social, desde o final do século XV, como aponta Quijano (2005).

Souza (2021) afirma que, além de dominar estética, moral, econômica e tecnologicamente os povos colonizados na América Latina, muitos países ocidentalizados, com forte tradição europeia, criaram dispositivos de controle moral e psicológicos para se impor sob os povos colonizados. Para o autor, a dimensão moral serviu como “a cereja do bolo do pacote de envenenamento do ‘dominador/colonizador’, promovendo a ideia de ‘modernização do território’”, pois não somente convenceu os próprios negros e os indígenas de que o norte global era mais inteligente, bonito, superior e honesto, como também lhes incutiu a ideia de sermos povos colonizados (SOUZA, 2021, 45).

Nesse movimento, incutiu-se na (de)formação social latino-americana a concepção de que os negros, os índios e os mestiços eram feios, ignorantes, preguiçosos, indolentes, corruptos e indignos de confiança. Essas ideias estão muito próximas das ideias de Quijano (2005), quando explica as condições nas quais os afro-americanos e indígenas foram inseridos no processo de colonização, pela tríade renda-capital-trabalho, que conseguiu colocar a raça como dispositivo de controle e acesso às populações não europeias. Ao negro fora dada a condição de escravo e cativo, ao indígena a condição de servo, e, em contrapartida, ao branco foi dada a condição de produtor e proprietário fundiário, bem como os títulos de nobreza e os cargos da administração pública.

Dessa forma, o projeto moderno-colonial instituiu, desde o século XVI, a exclusão e o racismo às populações indígenas e africanas, dimensões que se perduram até os dias atuais. Colocadas como secções que apresentam a estrutura de nascitura do racismo estrutural, que se reinventou pelo passar dos séculos. Na contemporaneidade, Diangelo (2018) afirma que o racismo estrutural se reinventa, e se apresenta com diversas faces, condições, simbologias, linguagens e expressões. Para explicar esse processo, a autora apresenta o conceito de racismo daltônico.

Nos estudos de Diangelo (2018), são apresentados conceitos e ideias que classificam as formas como o racismo se adapta no decorrer do tempo, contornando as normas modernas, as práticas e as políticas, resultando em efeitos raciais iguais ao do passado, porém não explicitados como dimensões racistas, ao menos em um primeiro momento. Diante disso, é importante situar que todos os sistemas de opressão são adaptativos, resistem e se ajustam aos desafios colocados, porém continuam insistindo em propagar a desigualdade devido à raça e à etnia.

Diangelo (2018) classifica o racismo como um sistema de opressão que, ao se reinventar no século XXI, forjou outras formas de oprimir pessoas negras. Dentre os conceitos definidos pela autora, aparece a concepção de racismo daltônico, uma dimensão psicanalítica, linguística e cultural

de fingir não perceber a raça e, dessa forma, o racismo não existiria. O daltonismo racial surgiu nos Estados Unidos, porém se adapta e penetra no seio da sociedade brasileira, quando um conjunto de pessoas admite que a solução para promoção da igualdade racial e do próprio racismo é não ver a raça dos sujeitos, ou, caso alguém a veja, não deveria fazer sentido para explicar a realidade.

Essa proposição coloca-se como uma forma de opressão, pois ao se afirmar que um indivíduo que confere importância à raça é que é racista, ou seja, quem seria racista é quem reconhecesse que as relações ocorrem por meio da raça. As frases que estão na epígrafe deste artigo, proferidas por pessoas consideradas influentes no cenário político e cultural, são normalmente difundidas em um país no qual o conservadorismo é latente, tendo como base o classismo, as religiões cristãs, o patriarcalismo e o domínio racializado de enxergar, de produzir ideias, culturas, formações, linguagens e mesmo postulados científicos.

Nesse sentido, pensar em uma ideologia daltônica, em que se finge não ver a raça, é não se dar conta da realidade, das diferenças de tratamento entre brancos e negros, negros e negros, brancos e indígenas, negros e indígenas e diversas outras formas de mestiçagens que conformam os Brasis. Não perceber e não querer visualizar a racialidade dificulta a nossa socialização racial, pois nem sempre as intenções são boas, visto que se colocam fora do campo do aparente.

Essencialmente, na sociedade brasileira, o racismo continua enraizado e profundo, de modo que mensagens, crenças, associações, superioridade, direitos, percepções e sensações continuam se reproduzindo por meio de uma lógica racista. Diangelo (2018) afirma que a ideologia daltônica do racismo dificulta as pessoas de entenderem que o léxico é racista, que as crenças inconscientes de associar as religiões de matrizes africanas a espectros ruins ou diabólicos, o que parte de uma lógica racista, porém intencional, pois não julga a religião pela cor dos seus devotos e membros, mas sim pela sua crença. Uma forma de racismo religioso criada e praticada por racistas.

Um olhar simplista parece indicar que o viés racial é inconsciente, porém ele segue a estratégia de “interromper” o racismo, mas com má intenção, pois na prática, essa estratégia serve para negar a realidade do racismo, e mantê-lo intocado. O racismo daltônico prevalece como prática diária, como pode ser observado na maneira que muitas pessoas negras são segregadas ou maltratadas em seus locais de trabalho, seja na seleção, seja nos postos em que ocupam, seja ainda nas funções que desempenham.

Quantos professores da educação básica negros tivemos em nossa infância e adolescência? Quantos médicos, dentistas, professores universitários, arquitetos, engenheiros, advogados e juízes negros conhecemos? E garçons, jardineiros, motoristas, pedreiros, porteiros, agentes de segurança, agentes de limpeza pública e urbana negros conhecemos? Creio que um número muito maior de “pardos” e negros estarão presentes nas respostas à terceira pergunta. Porém, ao invés de acreditar nos resultados, basta olharmos ao nosso redor ao andar pelas atividades desempenhadas nas cidades, em que veremos a sua cor, mas muitos preferem negar essa realidade e dizer que existem pessoas de todas as tonalidades de pele exercendo atividades consideradas pouco importantes.

Portanto, a prática do racismo daltônico e sua negação faz com que vislumbremos propor o reposicionamento do ser humano, para entender a questão racial, para que possamos também dimensionar a importância da discussão e da luta por equidade social, bem como esperar a luta do presente, que acontecem nas diferentes frentes do Movimento Negro.

Desvendando campos cegos: por uma sociedade para além do campo visível e pelo reposicionamento do ser no pensamento racial

Começamos por entender que precisamos reposicionar o ser humano para, somente assim, rompermos com os limites dessa sociedade racista, patrimonialista, classista, homofóbica, patriarcal e cristã. É necessário lutarmos por uma sociedade socializável para todos, na qual o ser humano seja, de fato, humanizado. Talvez seja necessária uma reinvenção da sociedade, para a promoção de um ser humano mais equânime, que valorize o respeito aos iguais, mas que, ao mesmo tempo, entenda e/ou viva a diversidade, a pluralidade, bem como a sociobiodiversidade de forma equitativa.

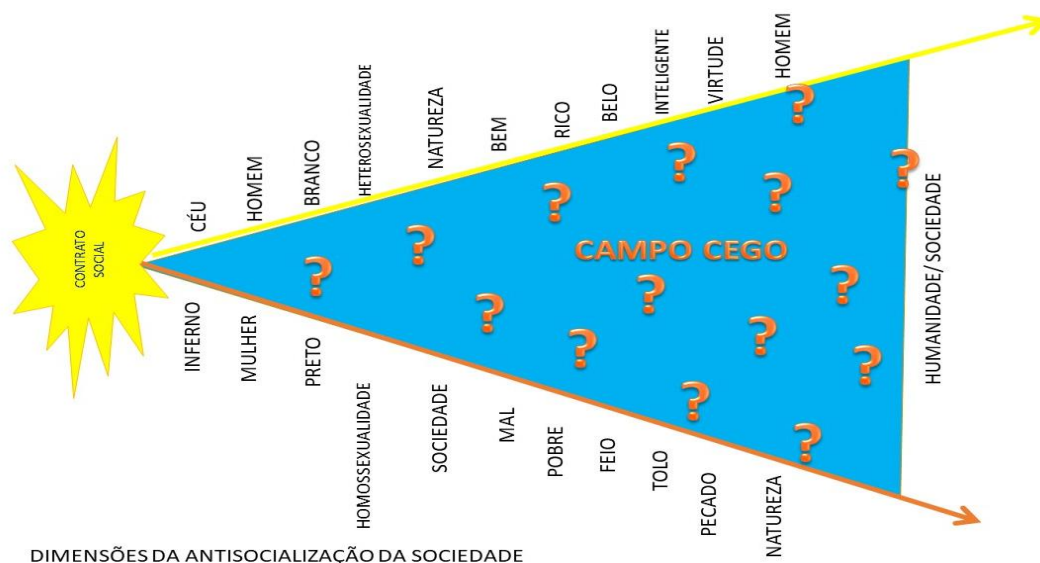
Para esse reposicionamento do ser, precisamos alcançar algumas ideologias, voltar a sonhar, e introjetar que alguns aspectos que fazem parte das nossas realidades formativas, ainda não estão nos currículos formativos, ou são recentes. Foram inseridos nas matrizes escolares somente a partir da luta do movimento social, por meio da ascensão de governos progressistas, e por meio de lutas históricas, como conseguimos incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) o estudo da cultura e da sociedade afro-brasileira, africana e indígena, por meio das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

No desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca da temática racial, é possível depreender que tal como o movimento negro, o LGBTQIAP+ e o Feminista estão por construir uma nova fase da realidade social, humana, cultural e, conseqüentemente, política, pois estas constroem novas formas de pensar, agir e ser no mundo. Compreende-se que a sociedade atual não pensa de forma plural, para a diversidade ou mesmo de forma dialética, o que nos faz afirmar que, em termos linguísticos, sabemos mais das antonímias do que as sinonímias, pois a formação educacional não consegue compreender a diferença que une os povos, as classes, as sexualidades e os gêneros, de forma a entender suas as diferentes posições e funcionalidades, e que está em oposição no social e na política.

Neste sentido, os paradoxos sociais não são dialéticos em termos filosóficos e “marxizantes” definidos por Karl Marx, e sim colocam-se como dicotômicos. Para isso, no diagrama (**Figura 02**) busca-se explicar a forma como pensamos, analisamos, falamos, expressamos nossas condições sociais.

Expressa-se a antissocialização da sociedade que tem uma gênese na definição da organização social e moderna do “humano” pelo Estado burguês e colonial, que se configurou a partir das teses do contrato social, que determinaram uma sociedade dicotômica e dualista (ROUSSEAU, 1998). Uma sociedade organizada pelo Estado apenas para a reprodução do capital e do capitalismo, e por isso é representada por um pensamento e por motivações psicológicas duais e antonímias: céu x inferno, homem x mulher, branco x preto, heterossexual x homossexual, natureza x sociedade, bem x mal, rico x pobre, belo x feio, inteligente x tolo, virtude x pecado, homem x natureza.

Figura 2 - Dimensões da antissocialização da Sociedade



Organizado pelo autor com base em Fanon (2008), Lefebvre (2019) e Rousseau (1998).

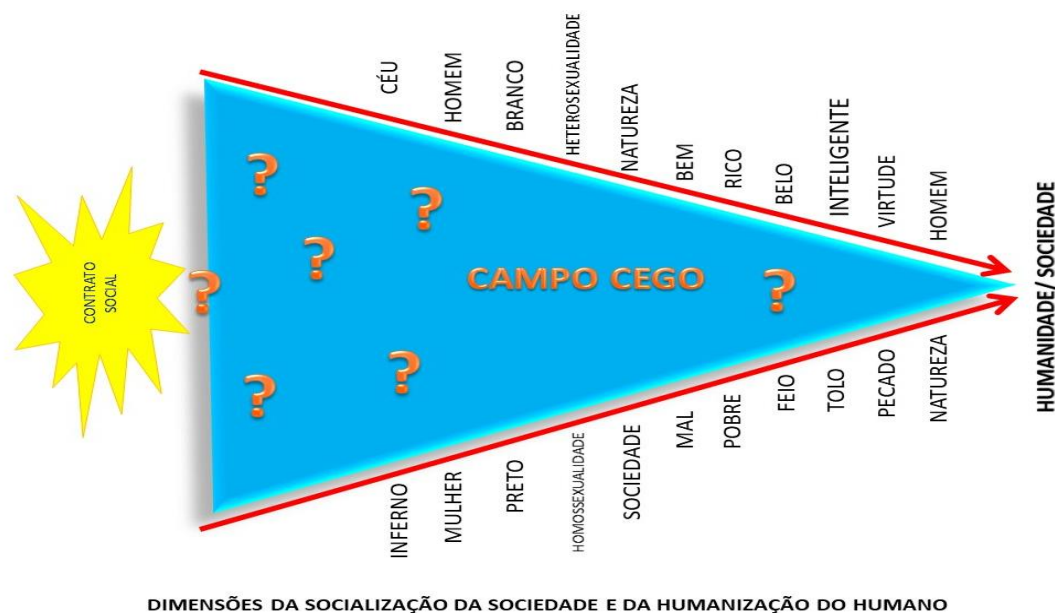
As formas de pensar e de limitar as concepções psíquicas, emocionais e mesmo linguísticas dicotomizadas estão em toda a nossa formação escolar e científica moderna-colonial, inclusive na Geografia, que começa com a grande dicotomia Geografia Humana x Geografia Física. Tais entendimentos e formas de fazer ciência podem ser resolvidos por meio da ecologia política, juntamente com as discussões que são travadas no âmbito do movimento social e sobretudo o de base universitária. Porém, são as primeiras aproximações e estamos começando a entender no que consiste cada uma dessas “dicotomias”, elucidadas na figura 02, o que devem ser compreendidas como “campo cego”.

Com base no pensamento de Lefebvre (2019, p. 46), onde a definição em debate é colocada no plural (campos cegos), ele consiste em uma noção que se encontra e se reencontra como emersão do pensamento filosófico e científico. Incide em algo que não se sabe, mas se pode elucidar, no que parece ser insignificante, mas não é. No que parece ser reduzido, recusado, dilacerado, mas não é. O campo cego parece estar no inconsciente, no desconhecimento e no desconhecido, porém ele está nos tempos mentais e sociais passíveis de reflexão.

Entre o preto e branco, o que há? Há a racialidade, a negritude, a branquitude (sua exclusão), a questão indígena etc.!? Entre a homossexualidade e a heterossexualidade, o que há? E entre as sexualidades masculinas e femininas, o que há? Há a diversidade de gênero, a sexualidade, o movimento e suas identidades LGBTQIAP+ e outras!? E entre a sociedade e a natureza, o que há? Há o movimento ecológico, a sustentabilidade, a preservação, o retorno à natureza etc.!? Todos esses questionamentos possuem respostas em um campo cego, pois estão sendo produzidos diante do pensamento filosófico, científico e no seu encontro com o movimento social.

Segundo a dimensão da teoria do campo cego, as respostas a essas questões estão assentadas em condições mentais e sociais, pois são ideologias, utopias e heterotopias, com poder de iluminar, produzir linguagens, metalinguagens, metafisologias, metageografias e metarreflexões e uma outra ciência, talvez uma “metaciência” (LEFEBVRE, 2019, p. 47). Para se chegar nesse mundo utópico, heterotópico de reflexões e ações, devemos romper com a sociedade moderno-colonial e chegar na socialização da sociedade e na humanização dos humanos, como se buscou ilustrar na Figura 03.

Figura 3 - Dimensões da socialização da sociedade e da humanização do humano



Organizado pelo autor com base em Fanon (2008), Lefebvre (2019) e Rousseau (1998).

No diagrama expressam-se as ideias de como romper e superar os campos cegos, ignorados, descontínuos que os seus desconhecimentos impedem de reposicionar o ser em um pensamento social completo antirracista, sem homofobia, sem misoginia, sem capacitismo, sem etarismo. A capacidade de desvendar o campo cego no aspecto social coloca-se a fim de proporcionar novos modos de pensamento, de ação e da vida cotidiana, impedindo que posições se reinventem como o racismo estrutural, a partir daquilo que se apresenta como racismo daltônico.

É necessário pensar em várias dimensões sociais que nunca foram refletidas, ou puderam expor suas reflexões, eram invisibilizadas e subalternizadas. Torna-se necessário dar visibilidade aos que estão no campo cego da exclusão, da sujeição, da periferização e da marginalização. Lefebvre (2019) define dois polos para entender o campo cego, o polo do cegante e o polo do cegado. O cegante é a fonte luminosa cheia de conhecimento e/ou de ideologias, que projeta luz, que ilumina outros lugares e outras topias.

Sendo necessário iluminar o cegado, o que tem o olhar ofuscado, que está na zona da sombra, que deve ser explorado, para buscar romper as barreiras, as sanções com a possibilidade de transgredir o que oprime (LEFEBVRE, 2019, p. 47). Nesse sentido, entendemos que a concepção de Fanon (2008), de enquadrar a sociedade em dois polos (preto e branco), mostra o campo cegado em que ainda vivemos, cheio de barreiras, sanções e desconhecimento, condicionado pela cor da pele e por traços fenotípicos.

Propostas como letramento racial, alfabetização social, educação antirracista, ensino antipatriarcal e antimisógino devem ser entendidas como dimensões que podem subsidiar o pensamento dentro do campo cegante que a sociedade brasileira se encontra. Colocam-se como ideais conceituais e sociais de rupturas com as dimensões da reinvenção do racismo estrutural que aparecem para a sociedade, como um daltonismo racial, que quer aprofundar e manter o racismo como base estrutural da sociedade.

Considerações Finais

O ensaio apresentado coloca-se como um conjunto de ideias, *insights*, sentimentos, ações e concepções construídas no bojo das ebulições sociorraciais de produção de novos campos do conhecimento. Pensar no racismo daltônico e trazer para a realidade brasileira é uma dimensão que se inspira em evidenciar e conjecturar ações contra o racismo estrutural, que está velado muitas vezes e outras se manifesta de diversas formas no país. Esse racismo se espacializa cotidianamente nas ações da polícia, na escolha dos representantes políticos, nas imagens televisivas padronizadas e nos lugares onde há expressões artísticas, culturais e religiosas da população afro-brasileira.

O preconceito racial e social polarizado no Brasil coloca-se como uma espécie de “preconceito espacial”, por se materializar igualmente na reprodução espacial das cidades e na busca desenfreada por atacar territórios quilombolas, indígenas e dos mais plurais povos tradicionais no interior do país. Nas cidades são os muros, as cercas ou vias de trânsito rápido, que segmentam negros e bairros pobres, bem como separam outras dimensões da vida social, refletindo uma sociedade atravessada por infinitas injustiças que se transfiguram, sustentam e reforçam estigmas territoriais, culturais e espaciais que atingem o psicológico dos seres humanos. Essas (des)motivações psicológicas aparecem em alguns momentos como síntese de diversos preconceitos: de classe, gênero, capacidade, locomoção, idade, sexualidade, raça e etnia.

Portanto, para extirpamos o racismo e seu processo de renovação, deve-se compreender o quanto a produção do espaço é preconceituosa com as mulheres, com os negros, com as pessoas com deficiência e com os/as homoafetivos. Dessa forma, cotidianamente comprovamos que as dificuldades começam com a falta de transporte coletivo que respeitem os diferentes corpos, mas não terminam aí. Os desníveis das calçadas para a locomoção de cadeirantes e a falta de espaços para a representação das atividades culturais negras e LGBTQIAP+ comprovam as limitações de um Brasil que deveria ser plural, inclusivo e equânime.

Referências

- BRASIL. (2016) [Constituição Federal (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República.
- D'ÁVILA, Manuela. (2022) Daltonismo racial: O combate à brutal desigualdade existente no Brasil implica, necessariamente, reconhecer e enfrentar as disparidades raciais e de gênero. *Revista Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/frente-ampla/daltonismo-racial/>. Acesso em: 01.08.2022.
- DIANGELO, Robin. (2018) Não basta não ser racista: sejamos antirracistas. São Paulo: Faro Editorial.
- DURKHEIM, Émile. (2011) Educação e Sociologia. 3 ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.
- FOUCAULT, Michael. (2022) História da sexualidade: A vontade do saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FANON, Frantz. (2008) Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA.
- FREIRE, Paulo. (2009) Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
- GÉDELES, Portal. (2022) Frases racistas que todo negro já ouviu. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/12-frases-racistas-que-todo-negro-ja-ouviu-na-vida/> Acesso em: 17.06.2022.
- HUNTER, Margaret. (2007) O problema persistente do colorismo: tom de pele, status e desigualdade. *Revista Sociology Compass*. 1 (1): 237–254. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1751-9020.2007.00006.x>. Acesso em: 10.05.2023.
- LEFEBVRE, Henri. (2007) A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MBEMBE, Achille. (2018) Crítica da razão negra. Paris-FR: Éditions La Découverte.
- QUIJANO, Anibal. (2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Orgs). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. p. 107-128.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1998) Do contrato social. São Paulo: Abril Cultural.
- <https://www.geledes.org.br/12-frases-racistas-que-todo-negro-ja-ouviu-na-vida/> Acesso em: 17.06.2022.
- SOUZA, Jessé. (2021) Como o racismo criou o Brasil. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- PODER360. 10.000 declararam usar crédito tributário a partir de benefícios fiscais... Acesso em: www.poder360.com.br/brasil/populacao-cresce-com-mais-pessoas-negras-e-pardas/ (2021). Consulta realizada em: 20/10/2023.